



15º ECECON

Encontro Catarinense
de Estudantes de
Ciências Contábeis

Certificado

Certificamos que foi apresentado, em forma de banner, o artigo “**COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS (CFURH): ESTUDO DE CASO EM UMA USINA HIDRELÉTRICA EM SANTA CATARINA**”, das autoras **Ana Beatriz Francalacci Serafim, Denize Demarche Minatti Ferreira e Alessandra Rodrigues Machado de Araujo**, no 15º Encontro Catarinense de Estudantes de Ciências Contábeis – ECECON, realizado nos dias 21 e 22 de agosto de 2017, em Florianópolis.

Florianópolis, 22 de agosto de 2017.

Marcello Alexandre Seemann
Presidente do CRCSC

Adilson Paganí Ramos
Coordenador da Comissão Organizadora do 15º ECECON

Realização:





15º ECECON

Encontro Catarinense
de Estudantes de
Ciências Contábeis

21 e 22 de agosto 2017

A Contribuição da Contabilidade no Combate à Corrupção

Centro de Cultura e Eventos da UFSC
Florianópolis/SC

COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS (CFURH): ESTUDO DE CASO EM UMA USINA HIDRELÉTRICA EM SANTA CATARINA

Área Temática: Contabilidade Socioambiental e Sustentabilidade

Resumo

O trabalho apresenta a análise dos valores destinados por uma empresa do setor elétrico, localizada no estado de Santa Catarina, a título de compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH). O estudo justifica-se pela relevância do acompanhamento e controle dessas destinações, tendo em vista a importância da aplicabilidade desta liquidação pelas empresas devido aos seus impactos negativos no meio ambiente. A metodologia apresentada no presente artigo baseia-se em um estudo de caso. Os dados coletados são de natureza quantitativa. Já em relação à abordagem do problema é quali-quantitativa. Quanto aos objetivos da pesquisa, caracteriza-se como descritiva. Foram expostas todas as características da compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos, sua aplicabilidade e seus aspectos intrínsecos. Com base nos dados fornecidos pela própria empresa, foi possível efetuar o cálculo do montante liquidado no ano de 2016 e suas destinações. Os dados foram comparados com indicadores econômicos representativos de arrecadação do mesmo período, a fim de expor a dimensão da CFURH como um instrumento financeiro. Constatou-se que a CFURH é uma importante fonte de receita principalmente para os estados e municípios afetados pela construção da Usina Hidrelétrica.

Palavras-chave: Compensação Financeira, Energia Elétrica, Recursos Hídricos.

Realização:





15º ECECON

Encontro Catarinense
de Estudantes de
Ciências Contábeis

21 e 22 de agosto 2017

**A Contribuição da Contabilidade
no Combate à Corrupção**

Centro de Cultura e Eventos da UFSC
Florianópolis/SC

1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre responsabilidade ambiental e, a preocupação com o meio ambiente, tornou-se não apenas uma questão de reputação, mas de necessidade. O avanço das tecnologias empregadas pela sociedade, causam mudanças no clima do planeta. A procura de uma solução para a divergência entre necessidade de recursos cada vez mais escassos e, os danos que a utilização dos mesmos carrega, é algo fundamental para que haja um equilíbrio socioambiental.

A água, o elemento essencial à vida, apresenta indispensabilidade não apenas no seu consumo, mas na geração dos valores econômicos em que ela está inclusa. Tundisi e Matsumura-tundisi (2011) relatam que a história da água se relaciona diretamente com o crescimento da população humana, o grau de urbanização e os múltiplos usos dessa fonte de recursos. Outro bem primordial para o desenvolvimento social é a energia elétrica, muitas vezes proveniente de usina hidrelétrica, que utiliza água como sua matéria prima. A eletricidade tornou-se a principal fonte de força, luz e calor utilizada na atualidade (ELETROBRAS, 2017).

Porém, até um bem indispensável causa danos ao meio ambiente, e no caso das hidrelétricas, não é diferente. Os impactos oriundos da instalação desse empreendimento são notados mesmo diante dos benefícios por ele proporcionados. Segundo Silva (2007), o setor elétrico brasileiro caracterizou-se ao longo dos anos pelo enfoque dado ao aproveitamento do potencial hidráulico nacional e pela displicência com que geria as questões socioambientais no planejamento das usinas hidrelétricas. A nova cultura ambiental brasileira impõe atenções às consequências socioambientais dessas organizações, em que objetivando uma contrapartida estabeleceu-se na Lei nº 7.990, 28 de dezembro de 1990 a obrigatoriedade do pagamento da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos. Trata-se de uma liquidação por parte da Companhia responsável pela construção das Usinas geradoras de energia elétrica visando restituir os males causados a área que sofreu impactos com a instalação das mesmas.

Neste contexto, a presente pesquisa busca resposta a questão: Qual a destinação dos recursos oriundos da Compensação Financeira para Utilização dos Recursos Hídricos (COFURH) de uma usina hidrelétrica localizada no estado de Santa Catarina? Esta indagação leva ao objetivo do presente artigo de analisar a destinação dos recursos oriundos da COFURH de uma usina hidrelétrica localizada no estado de Santa Catarina durante o exercício de 2016,

Realização:





15º ECECON

Encontro Catarinense
de Estudantes de
Ciências Contábeis

21 e 22 de agosto 2017

**A Contribuição da Contabilidade
no Combate à Corrupção**

Centro de Cultura e Eventos da UFSC
Florianópolis/SC

bem como conhecer este instrumento financeiro, sua aplicabilidade e seus aspectos intrínsecos.

Este estudo justifica-se pela relevância do acompanhamento e controle dessas destinações, tendo em vista a importância da aplicabilidade desta liquidação pelas empresas devido aos seus impactos negativos no meio ambiente.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

2.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

A metodologia se baseia num estudo de caso realizado em uma empresa catarinense do ramo de energia elétrica. Como trata-se de um instrumento financeiro retratado por leis e específico para o setor, grande parte dos dados foram extraídos do órgão regulador brasileiro, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Os dados coletados são de natureza quantitativa e serão dispostos por meio de tabelas para melhor entendimento e assimilação dos dados. Já em relação à abordagem do problema é quali-quantitativa e, quanto aos objetivos da pesquisa, caracteriza-se como descritiva.

De acordo com a ANEEL (2017), o cálculo da compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos baseia-se na seguinte fórmula:

$$CFURH = TAR \times GH \times 6,75\%$$

Onde: GH é o montante (em MWh) da geração mensal da usina hidrelétrica e a TAR refere-se à Tarifa Atualizada de Referência (em R\$/MWh) estabelecida anualmente por meio de resolução homologatória.

“A fixação da TAR é feita com base nos preços de venda de energia destinada ao suprimento das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, excluindo-se encargos setoriais vinculados à atividade de geração, tributos e empréstimos compulsórios, bem como os custos incorridos na transmissão de energia elétrica”. (ANEEL, 2005 p.12)

Cada beneficiário da compensação financeira possui um percentual estipulado conforme a legislação. A Figura 1 exemplifica esse distribuição.

Realização:





15º ECECON

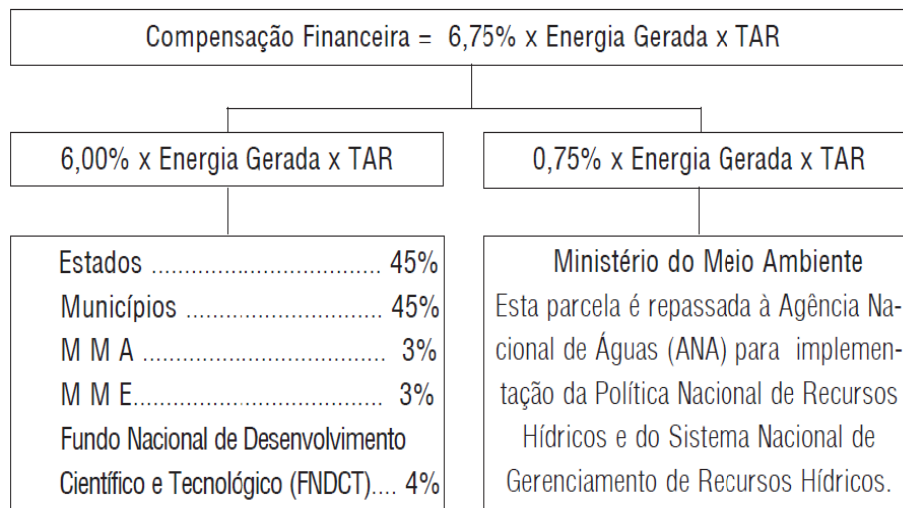
Encontro Catarinense
de Estudantes de
Ciências Contábeis

21 e 22 de agosto 2017

A Contribuição da Contabilidade no Combate à Corrupção

Centro de Cultura e Eventos da UFSC
Florianópolis/SC

Figura 1: Beneficiários da compensação financeira e percentuais.



Fonte: Caderno Temático ANEEL (2005).

Na Figura 1, estão demonstrados os beneficiários da compensação financeira e os respectivos percentuais. Do montante total calculado referente a compensação financeira, destinam-se 45% dos recursos aos municípios e 45% aos estados atingidos pelos reservatórios.

Os valores de COFURH correspondentes aos municípios é calculada com base na proporção da área de seu território que será diretamente atingida pelo reservatório da usina hidrelétrica e ao ganho de energia que esse mesmo reservatório propiciará às demais usinas. O benefício também será válido para os municípios que tenham instalações utilizadas no processo de geração de energia, mesmo não sendo atingidos diretamente pelas águas de reservatórios.

Para a União destinam-se 10% do total arrecadado, dividindo-se o percentual entre o Ministério de Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e Amazônia Legal com 3%; o Ministério de Minas e Energia com 3% e para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) fica com 4%, administrado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

“Art. 3º Os recursos destinados ao FNDCT serão alocados em categoria de programação específica e reservados para o financiamento de programas e projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico do setor de recursos hídricos, devendo ser administrados conforme o disposto no regulamento.” (Lei nº 9.993/00)

O MME, além de ser um destinatário da CFURH, ainda participa do processo de

Realização:





15º ECECON

Encontro Catarinense
de Estudantes de
Ciências Contábeis

21 e 22 de agosto 2017

**A Contribuição da Contabilidade
no Combate à Corrupção**

Centro de Cultura e Eventos da UFSC
Florianópolis/SC

liquidação da compensação financeira.

“Elabora a proposta e acompanha a execução orçamentária da rubrica relativa às transferências de recursos dos royalties de ITAIPU BINACIONAL e da CMPFRH das concessionárias de geração, bem como encaminha solicitação de crédito suplementar ao Congresso Nacional e acompanha sua aprovação.” (ANEEL, 2014, p.1)

Além disso, o percentual de 0,75% é repassado ao Ministério do Meio Ambiente, mais especificadamente para a Agência Nacional das Águas (ANA), (ANEEL, 2017). Conforme a Lei 9.984/00, está entre as atribuições da ANA arrecadar, distribuir e aplicar receitas auferidas por intermédio da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União.

Para efetuar o cálculo, a empresa geradora deverá informar a ANEEL até o vigésimo dia de cada mês, o montante de energia gerado no mês anterior. Após o repasse da informação, a empresa responsável deverá efetivar o pagamento em até 30 (trinta) dias na conta única da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, via Banco do Brasil. A ANEEL ficará responsável por gerenciar a arrecadação e a distribuição dos recursos entre seus beneficiários (ANEEL, 2017)

2.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram fornecidos pela empresa estudada, da qual será preservada sua identificação. A mesma caracteriza-se como uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objetivo a geração de energia elétrica. O caso em estudo localiza-se no Rio Canoas entre os municípios de Campos Novos e Governador Celso Ramos, no estado de Santa Catarina e possui uma área alagada de aproximadamente 26km².

A Usina possui em sua matriz geradora três turbinas com potência instalada de 880MW, suficiente para suprir um quarto do consumo elétrico catarinense. Destaca-se ainda por ser a quarta barragem mais alta do mundo, com o comprimento de crista e altura de 592 e 202 metros, respectivamente. A companhia ganhou o direito de concessão da área por 35 anos, a contar da data de assinatura do contrato, 29 de maio de 2000 (Relatório da Administração da Empresa, 2012).

A análise realizou-se com o propósito de demonstrar a representatividade dos

Realização:





15º ECECON

Encontro Catarinense
de Estudantes de
Ciências Contábeis

21 e 22 de agosto 2017

**A Contribuição da Contabilidade
no Combate à Corrupção**

Centro de Cultura e Eventos da UFSC
Florianópolis/SC

repasse feitos pelas Usinas Hidrelétricas para todos os seus destinatários, a título de compensação financeira por utilização dos recursos hídricos. Os dados foram comparados com indicadores econômicos de arrecadação representativos do mesmo período, com objetivo de expor a dimensão da CFURH como um instrumento financeiro.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA POR MEIO DOS RECURSOS HÍDRICOS

A água doce é um recurso natural, finito, vulnerável e fonte da vida que possui além de seu valor ambiental incalculável, valor econômico e, social. Segundo Tundisi e Matsumura-tundisi (2011) a história da água relaciona-se diretamente com o crescimento da população humana, o grau de urbanização e os múltiplos usos dessa fonte de recursos. As atividades humanas causam impactos econômicos sobre os recursos hídricos. Boa parte da energia elétrica, utilizada nessas atividades provem da geração de energia através da força da água, conhecidas como Hidrelétricas (CCEE, 2017). Segundo Baquero e Pase (2013) um empreendimento hidrelétrico teria como objeto a exploração do potencial de geração de energia de um fluxo de águas.

A causa determinante dessa tendência deve-se ao fato de que aproximadamente 12% da água doce do planeta estar concentrada sobre o território brasileiro. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) afirma que devido à abundância de grandes cursos d'água, espalhados por quase todo o território brasileiro, a fonte hidrelétrica localiza-se no topo da matriz elétrica brasileira (CCEE, 2017). Tundisi e Matsumura-Tundisi (2011) ainda dizem que em diversos países a hidroeletricidade constitui o principal sistema produtor de energia e no Brasil não é diferente, cerca de 85% da energia produzida deriva-se dessas usinas.

“De maneira geral, organizações internacionais apoiam a construção de hidrelétricas porque acreditam que os benefícios econômicos, tecnológicos e sociais são importantes para o desenvolvimento geral de um país, e que essas vantagens eventualmente transbordarão para melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas.” (BAQUERO; PASE, 2013, p.9).

Porém as construções dessas unidades geradoras não apresentam apenas aspectos

Realização:





15º ECECON

Encontro Catarinense
de Estudantes de
Ciências Contábeis

21 e 22 de agosto 2017

A Contribuição da Contabilidade no Combate à Corrupção

Centro de Cultura e Eventos da UFSC
Florianópolis/SC

positivos. Baquero e Pase (2013) frisam que a construção de uma Usina Hidrelétrica (UHE) implica em um processo complexo de mudança social, gerando alterações na organização territorial, econômica, social e cultural. Apesar de sua importância para o sistema gerador elétrico brasileiro, a construção destes empreendimentos há tempos tem entrado em questão, inclusive por meio de diversos estudos de caso, tendo em vista os estragos causados. Segundo Silva (2007), o setor elétrico brasileiro caracterizou-se ao longo de muitos anos pelo enfoque dado ao aproveitamento do potencial hidráulico nacional e pela displicência com que incorporava as questões socioambientais no planejamento das usinas hidrelétricas. Alagamento de áreas com fauna e flora, mudança no ecossistema e clima do local, perda de terras férteis consideradas produtivas são apenas alguns dos ônus dessa alternativa de geração de energia elétrica.

“Do ponto de vista econômico, as principais conclusões sobre as represas construídas, principalmente para hidroeletricidade, consideram que o problema fundamental é a distribuição dos benefícios econômicos a números mais expressivos da sociedade, a fim de que possam utilizar adequadamente a prosperidade econômica gerada em investimentos, como eletrificação rural, e em expansão da infraestrutura física, como escolas e rodovias. Esses benefícios justificam as hidroelétricas como a opção mais competitiva no ponto de vista econômico para a produção de energia.” (TUNDISI; MATSUMURA-TUNDISI, 2011, p.216)

Dessa forma, instituiu-se para as empresas responsáveis pela geração de energia elétrica por meio de hidrelétricas que as mesmas deveriam “compensar” os prejuízos causados por suas usinas. A CFURH é um tipo de encargo setorial que afeta o setor elétrico e tem como órgão responsável a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Estabeleceu-se inicialmente pela Constituição Federal de 1988 e, regulamentou-se de acordo com o estabelecido na Lei nº 7.990, 28 de dezembro de 1990, modificações foram realizadas pelas Leis nº 9.984/00 e nº 9.993/00. A lei nº 7.990/90 mencionada anteriormente diz respeito à indenização aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica (ANEEL, 2001). Entende-se como órgãos de administração direta da União, nesse caso, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Ministério de Minas e Energia e o Ministério de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal. Para os estados e municípios, a compensação justifica-se também se considerado que

Realização:





15º ECECON

Encontro Catarinense
de Estudantes de
Ciências Contábeis

21 e 22 de agosto 2017

**A Contribuição da Contabilidade
no Combate à Corrupção**

Centro de Cultura e Eventos da UFSC
Florianópolis/SC

os mesmos perderam suas receitas procedentes da produção rural ao ter de entregar parte de suas áreas para construção dos reservatórios. (MULLER, 1995)

A compensação entende-se como o pagamento pelo uso dos recursos naturais da região, os quais destinam-se a promover o desenvolvimento local, além de investimentos na diminuição de fatores negativos decorrentes da implantação e operação de uma Usina Hidroelétrica (SILVA, 2007). A obrigatoriedade do pagamento da CFURH é considerada apenas para geração de energia, quando essa caracteriza-se como prestação de serviço público e atendimento aos consumidores. A isenção de pagamento refere-se à autoprodução (quando a energia elétrica é destinada para uso privativo de quem a produz) e as denominadas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) (usinas com capacidade instalada de no máximo 30 MW) (ANEEL, 2005).

Trata-se de um valor sobre o percentual gerado de energia por cada usina hidroelétrica, que constitucionalmente deverá destinar-se para a recuperação dos prejuízos causados aos Municípios, Estados e União devido à exploração de um recurso natural.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Apresenta-se a seguir o cálculo do montante destinado no ano de 2016 da CFURH. Para isso foi necessário de conhecer os valores de energia gerada no período (Tabela 01). Cabe lembrar que a energia gerada no ano de 2015 será utilizada para o cálculo dos valores pertinentes à destinação de 2016, pois a arrecadação no mês vigente refere-se à geração de meses anteriores.

Tabela 1: Geração de energia referente à liquidação da COFURH de 2016.

Mês de Competência	Geração GH (MWh)	TAR (R\$ / MWh)	% para Pagamento	Mês de Pagamento
Novembro/15	584.421,940	85,26	6,75%	Janeiro/16
Dezembro/15	502.485,560	85,26	6,75%	Fevereiro/16
Janeiro/16	374.182,430	93,35	6,75%	Março/16
Fevereiro/16	469.874,830	93,35	6,75%	Abril/16
Março/16	508.420,090	93,35	6,75%	Maio/16
Abril/16	371.552,490	93,35	6,75%	Junho/16
Maio/16	513.236,210	93,35	6,75%	Julho/16
Junho/16	318.724,640	93,35	6,75%	Agosto/16
Julho/16	349.420,820	93,35	6,75%	Setembro/16

Realização:





15º ECECON

Encontro Catarinense
de Estudantes de
Ciências Contábeis

21 e 22 de agosto 2017

A Contribuição da Contabilidade no Combate à Corrupção

Centro de Cultura e Eventos da UFSC
Florianópolis/SC

Agosto/16	354.373,330	93,35	6,75%	Outubro/16
Setembro/16	361.734,180	93,35	6,75%	Novembro/16
Outubro/16	368.014,210	93,35	6,75%	Dezembro/16

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Observa-se na Tabela 1 que no ano de 2015 para energia gerada na competência foi 584.421,94 MWh, já para a geração de 2016, observa-se um padrão nos valores, ficando entre 300 e 400 mil MWh, porém, nos meses de fevereiro, março e maio, consegue-se perceber um aumento significativo nos montantes dos períodos.

A Agência Reguladora – ANEEL no ano de 2015, estabeleceu valores para TAR (Tarifa Atualizada de Referência) de R\$ 85,26/MWh que no ano seguinte – 2016, seria reajustada para, R\$ 93,35/MWh.

Após serem feitas as apresentações dos dados referentes à Geração (GH) dos meses utilizados como base para o cálculo da CFURH destinada no ano de 2016 e das Tarifas (TAR) vigentes em tais meses, observa-se em seguida, os valores resultantes dos cálculos da compensação financeira. Na Tabela 2, o enfoque é para os órgãos governamentais.

Tabela 2: Repasse da COFURH em 2016 para órgãos governamentais.

Meses	Órgãos do Governo				Total Órgãos do Governo
	ANA	MMA	MME	FNDCT	
Janeiro/16	373.708,61	89.690,06	89.690,06	119.586,75	672.675,49
Fevereiro/16	321.314,39	77.115,45	77.115,45	102.820,60	578.365,90
Março/16	261.974,47	62.873,87	62.873,87	83.831,83	471.554,04
Abril/16	328.971,11	78.953,06	78.953,06	105.270,76	592.148,00
Maio/16	355.957,61	85.429,82	85.429,82	113.906,44	640.723,70
Junho/16	260.133,18	62.431,96	62.431,96	83.242,62	468.239,73
Julho/16	359.329,50	86.239,08	86.239,08	114.985,44	646.793,09
Agosto/16	223.147,09	53.555,30	53.555,30	71.407,07	401.664,75
Setembro/16	244.638,25	58.713,18	58.713,18	78.284,24	440.348,85
Outubro/16	248.105,63	59.545,35	59.545,35	79.393,80	446.590,12
Novembro/16	253.259,14	60.782,19	60.782,19	81.042,93	455.866,45
Dezembro/16	257.655,95	61.837,43	61.837,43	82.449,90	463.780,70

Fonte: Elaborado pelos autores, 2017.

Respeitando a Constituição, 10% da CFURH destinaram-se a Órgãos Governamentais,

Realização:





15º ECECON

Encontro Catarinense
de Estudantes de
Ciências Contábeis

21 e 22 de agosto 2017

A Contribuição da Contabilidade no Combate à Corrupção

Centro de Cultura e Eventos da UFSC
Florianópolis/SC

totalizando no ano de 2016 R\$ 2.790.555,90. O ministério de Minas e Energia recebeu a título de CFURH da empresa analisada, no período, o valor de R\$837.166,75. De acordo com o portal da transparência do Governo Federal, esse valor representou apenas 0,0048% do arrecadado em 2016, totalizando o montante de R\$ 17.394.953.526,39. O MME utiliza esse instrumento financeiro para a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Já a ANA (Agencia Nacional das Águas), por utilizar uma base de cálculo diferenciada, arrecadou no período, mesmo com apenas 0,75% do total, uma quantia de R\$ 3.488.194,92. Esta parcela da CFURH destinou-se à implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Santa Catarina recolheu R\$ 12.557.501,84 referentes à CFURH da empresa analisada. O estado possui outras cinco Usinas Hidrelétricas em seu território que agregam receitas referentes à transferência de compensação financeira (Tabela 3).

A UHE estudada participou de aproximadamente 21,10% do total destes repasses. No ano de 2016 o estado recebeu de transferência da União o valor de R\$ 59.515.968,49 a título de CFURH. De acordo com o site do Governo do estado, o valor arrecadado representa aproximadamente 0,30% da Receita Corrente Líquida de 2016, um valor de aproximadamente R\$ 20.489 bilhões.

Tabela 3: Repasse da COFURH em 2016 para SC.

Meses	Estado SC	Total Estado
Janeiro/16	1.345.351,00	1.345.351,00
Fevereiro/16	1.156.731,81	1.156.731,81
Março/16	943.108,11	943.108,10
Abril/16	1.184.296,02	1.184.296,02
Mai/16	1.281.447,42	1.281.447,42
Junho/16	936.479,47	936.479,47
Julho/16	1.293.586,21	1.293.586,20
Agosto/16	803.329,52	803.329,52
Setembro/16	880.697,71	880.697,70
Outubro/16	893.180,26	893.180,26
Novembro/16	911.732,91	911.732,91
Dezembro/16	927.561,42	927.561,42

Fonte: Elaborado pelos autores, 2017.

O estado do Pará, que em seu território possui a Usina Hidrelétrica de Belo Monte -

Realização:





15º ECECON

Encontro Catarinense
de Estudantes de
Ciências Contábeis

21 e 22 de agosto 2017

A Contribuição da Contabilidade no Combate à Corrupção

Centro de Cultura e Eventos da UFSC
Florianópolis/SC

maior UHE de âmbito nacional, e além desta mais outras oito usinas, publicou em seu Balanço Orçamentário do ano de 2016 a receita referente a compensação financeira dos recursos hídricos totalizando R\$ 63.579.007,44, valor apenas R\$ 4.063.038,95 acima do arrecadado no estado de Santa Catarina, aproximadamente 6,39% de sobrelevação.

Em um *ranking* com maiores valores arrecadados considerando-se a região Sul do Brasil, Santa Catarina encontra-se no segundo lugar geral, o Paraná lidera com 25 UHES que geraram R\$ 133.272.726,09, valor maior do que o dobro dos números recolhidos por SC; e o Rio Grande do Sul obteve apenas R\$ 4.757.638,27 menos de arrecadação, apesar de possuir 24 Usinas em seu território, totalizando no período R\$ 54.758.330,22.

Tabela 4: Repasse da COFURH em 2016 para os Municípios.

Meses	Municípios				Total Municípios
	Abdon Batista	Anita Garibaldi	Campos Novos	Celso Ramos	
Janeiro/16	328.916,53	390.669,25	372.278,75	253.486,47	1.345.351,00
Fevereiro/16	282.802,20	335.897,13	320.085,00	217.947,48	1.156.731,81
Março/16	230.574,66	273.864,09	260.972,13	177.697,23	943.108,11
Abril/16	289.541,20	343.901,36	327.712,43	223.141,04	1.184.296,02
Mai/16	313.293,14	372.112,63	354.595,68	241.445,97	1.281.447,42
Junho/16	228.954,07	271.939,24	259.137,88	176.448,28	936.479,47
Julho/16	316.260,88	375.637,55	357.954,66	243.733,12	1.293.586,21
Agosto/16	196.401,06	233.274,54	222.293,30	151.360,62	803.329,52
Setembro/16	215.316,33	255.741,07	243.702,23	165.938,07	880.697,71
Outubro/16	218.368,11	259.365,82	247.156,34	168.289,99	893.180,26
Novembro/16	222.903,93	264.753,22	252.290,14	171.785,62	911.732,91

Fonte: Elaborado pelos autores, 2017.

Em consequência da área utilizada pela Usina na formação de seu reservatório Conforme a Lei 7.990/80, o percentual de 45% da destinação foi repartido proporcionalmente entre os municípios de Abdon Batista, Anita Garibaldi, Campos Novos e Celso Ramos, para que os mesmos recebam a compensação Financeira por Recursos Hídricos (CFURH).

Utiliza-se como parâmetro para a destinação a área utilizada pela UHE em cada município. Conforme ANEEL (2017), a maior área afetada encontra-se no município de Anita Garibaldi, onde 11,84km² (aproximadamente 29,04%) é utilizado pela usina. Campos novos localiza-se em segundo lugar no ranking de utilização, com 27,57% da Usina presente em seu

Realização:





15º ECECON

Encontro Catarinense
de Estudantes de
Ciências Contábeis

21 e 22 de agosto 2017

A Contribuição da Contabilidade no Combate à Corrupção

Centro de Cultura e Eventos da UFSC
Florianópolis/SC

território, equivalente a 11,28 km². Em proporções menores, a UHE ocupa o município de Abdon Batista em 9,97km², representando 24,45%. Celso Ramos tem a menor área preenchida pela Usina, apenas 7,68km², apresentando um percentual de 18,84% do total.

Anita Garibaldi, apresenta-se como o município mais afetado pela Usina, arrecadou a maior compensação financeira, totalizando o valor de R\$ 3.646.505,47 no ano de 2016. O segundo maior recolhimento destinou-se para o município de Campos Novos, que durante o período arrecadou R\$ 3.474.848,67 a título de CFURH. Abdon Batista permaneceu próximo da média anual de arrecadação, somando um total de R\$ 3.070.105,84 no ano. O menor valor de arrecadação enviou-se para o município de Celso Ramos obtendo a receita de R\$ 2.366.041,87 relativo à compensação (Tabela 4).

Tabela 5: Repasse da COFURH em sua totalidade para cada destinação.

Meses	Total Órgãos do Governo	Total Estados	Total Municípios	TOTAL
Janeiro/16	672.675,49	1.345.351,00	1.345.351,00	3.363.377,49
Fevereiro/16	578.365,90	1.156.731,81	1.156.731,81	2.891.829,52
Março/16	471.554,04	943.108,10	943.108,11	2.357.770,26
Abril/16	592.148,00	1.184.296,02	1.184.296,02	2.960.740,04
Mai/16	640.723,70	1.281.447,42	1.281.447,42	3.203.618,54
Junho/16	468.239,73	936.479,47	936.479,47	2.341.198,68
Julho/16	646.793,09	1.293.586,20	1.293.586,21	3.233.965,51
Agosto/16	401.664,75	803.329,52	803.329,52	2.008.323,80
Setembro/16	440.348,85	880.697,70	880.697,71	2.201.744,26
Outubro/16	446.590,12	893.180,26	893.180,26	2.232.950,65
Novembro/16	455.866,45	911.732,91	911.732,91	2.279.332,28
Dezembro/16	463.780,70	927.561,42	927.561,42	2.318.903,54

Fonte: Elaborado pelos autores, 2017.

Acompanhando os valores de geração, conforme Tabela 5, os meses de janeiro e julho caracterizaram-se por apresentar os maiores montantes de CFURH no ano de 2016. Juntos, eles compuseram cerca de 21% da destinação total do período analisado, somando um montante de R\$ 31.393.754,57. Entre agosto e setembro observam-se os meses que apresentaram as menores arrecadações, ficando abaixo da média do período, calculada em R\$ 3.233.965,51; os referidos meses apresentaram apenas 13,41% de participação no montante destinado no intervalo. Os totais dos valores arrecadados em âmbito municipal e estadual

Realização:





15º ECECON

Encontro Catarinense
de Estudantes de
Ciências Contábeis

21 e 22 de agosto 2017

A Contribuição da Contabilidade no Combate à Corrupção

Centro de Cultura e Eventos da UFSC
Florianópolis/SC

coincidiram, pois possuíam o mesmo percentual de destinação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da energia elétrica para diferentes segmentos do cotidiano é indiscutível, destacando-se ainda seu valor econômico. No Brasil, a maior fonte de obtenção dessa energia é por meio das usinas hidrelétricas, porém as construções desses empreendimentos causam dúvidas quando seus benefícios são colocados em questão *versus* seus malefícios. Como forma de compensação perante aos transtornos oriundos das instalações dessas Usinas, instituiu-se na Constituição Federal a CFFURH, destinada aos municípios e estados atingidos por tais construções, bem como à órgãos governamentais relacionados direta ou indiretamente com o setor elétrico.

O presente artigo apresentou e analisou a compensação como instrumento financeiro em face aos prejuízos obtidos quando da escolha do local das instalações da UHE estudada. A COFURH apresentou-se como ferramenta importante para o desenvolvimento além dos locais ocupados pelas Usinas, para os órgãos governamentais. A empresa analisada destacou-se por seu tamanho e por seu grande potencial em gerar energia.

Dentre os órgãos estatais analisados, concluiu-se que os valores recebidos da UHE estudada representam valores relevantes. Dando destaque para a Agência Nacional de Águas, mesmo com 0,75% do percentual da CFURH, recebeu valores maiores que todos os órgãos governamentais juntos, devido a sua base de cálculo diferenciada enfatizada na Lei 9.984/00.

O estado de Santa Catarina destaca-se nos recebimentos de compensação financeira por utilização de recursos hídricos. No comparativo regional realizado, o total arrecadado fica atrás somente do Paraná, que apresentou em seu território 17 Usinas a mais do que Santa Catarina.

A empresa analisada contribuiu com 21,10% da receita relativa a compensação em SC. Constatou-se que a CFURH representa, com 5 usinas em sua área, um total de 0,30% de toda a receita corrente líquida do estado, em 2016. O Pará, que em sua extensão possui a maior usina hidrelétrica em operação localizada inteiramente em território nacional, apresentou uma receita relativa à compensação apenas 6,39% superior.

Por serem municípios localizados no interior do estado de Santa Catarina, com áreas

Realização:





15º ECECON

Encontro Catarinense
de Estudantes de
Ciências Contábeis

21 e 22 de agosto 2017

**A Contribuição da Contabilidade
no Combate à Corrupção**

Centro de Cultura e Eventos da UFSC
Florianópolis/SC

menores e número reduzido de pessoas em seus territórios, a compensação financeira gerada pela Usina em questão, representou expressivos valores referentes às receitas dos municípios beneficiados. Notou-se ausência de instrumento legal que apresente parecer referente à alocação dos recursos provenientes da compensação financeira por utilização de recursos hídricos, em âmbitos estadual e Municipal.

As destinações de valores relativos à CFURH aos órgãos governamentais possuem menor importância participativa na composição dos orçamentos anuais dos mesmos, por receberem receitas oriundas de outras fontes do governo. Porém, ao se comparar as receitas dos municípios esses repasses possuem importância significativa, considerando o empreendimento hidrelétrico gerador de diversos benefícios, além de financeiros, para a área. Ao realizar um cálculo levando em consideração durante os 35 anos de concessão da UHE, caso o valor anual transferido permaneça o mesmo, do ano de 2016 até 2035 a empresa terá destinado aproximadamente R\$ 239 milhões de suas receitas a título de compensação financeira, sem considerar as correções monetárias incidentes.

Por fim, conclui-se que a CFURH representa um importante instrumento financeiro compensatório aos estados e municípios, que sofrem maiores danos e perdas relativos as operações das usinas, logo os mesmos podem ter seus efeitos amenizados de certa forma por meio do recebimento desses valores relativos à compensação.

Para futuros estudos sugere-se analisar outras empresas do setor elétrico e fazer um comparativo com a presente pesquisa. Também, propõe-se analisar as consequências socioambientais em outros países, para que se pondere se há um instrumento equivalente ao em exercício aqui no Brasil.

REFERÊNCIAS

Agencia Nacional de Energia Elétrica. **Cadernos Temáticos ANEEL - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para a Geração de Energia Elétrica.** Disponível em: <<http://www2.aneel.gov.br/arquivos/pdf/caderno2capa.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2017.

Agencia Nacional de Energia Elétrica. **COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS.** Disponível em: <<http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial/>>. Acesso em: 29 maio 2017.

Realização:





15º ECECON

Encontro Catarinense
de Estudantes de
Ciências Contábeis

21 e 22 de agosto 2017

A Contribuição da Contabilidade no Combate à Corrupção

Centro de Cultura e Eventos da UFSC
Florianópolis/SC

Agencia Nacional de Energia Elétrica. **Encargos.** Disponível em:
<<http://www2.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=527&idPerfil=2>>. Acesso em: 15 maio 2017.

Agência Nacional de Energia Elétrica. **Legislação Básica do setor elétrico brasileiro.** Brasília: Aneel, 2000. 1 v.

Agencia Nacional de Energia Elétrica. **Relatórios da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CMPFRH).** Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/para-o-cidadao/-/asset_publisher/Mhu2ogMAoHtn/content/relatorios-da-compensacao-financeira-pela-utilizacao-de-recursos-hidricos-cmpfrh-656843?inheritRedirect=false>. Acesso em: 15 maio 2017.

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. **Compensação Financeira:** Informações Técnicas. Disponível em: <<http://www2.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=42&idPerfil=2>>. Acesso em: 17 maio 2017.

BAQUERO, Marcello; PASE, Hemerson (Org.). **Desenvolvimento Hidrelétrico:** qualidade de vida e capital social no Sul do Brasil. Porto Alegre: Ufrgs Editora, 2013. 237 p.

BRASIL, **Lei n.º 7.990**, de 28 de dezembro de 1989. Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7990.htm>. Acesso em 04 jun. 2017

BRASIL, **Lei n.º 9.984**, de 17 de julho de 2000. Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9984.htm>. Acesso em 04 jun. 2017

BRASIL, **Lei n.º 9.993**, de 24 de julho de 2000. Destina recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e pela exploração de recursos minerais para o setor de ciência e tecnologia. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9993.htm>. Acesso em 04 jun. 2017.

CAMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA. **Onde Atuamos - Fontes.** Disponível em: <https://www.ccee.org.br/portal/faces/pages_publico/onde-atuamos/fontes?_adf.ctrl-state=chok328u9_4&_afLoop=188590996016204#@?_afLoop=188590996016204&_adf.ctrl-state=dt8yru4jv_4>. Acesso em: 24 abr. 2017.

Eletrobrás. **Importância da Energia Elétrica.** Disponível em: <<http://www.eletrobras.com/elb/natrilhadaenergia/energia-eletrica/main.asp?View={B1E5C97A-39C6-49BE-9B34-9BC51ECC124F}>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

Realização:





15º ECECON

Encontro Catarinense
de Estudantes de
Ciências Contábeis

21 e 22 de agosto 2017

**A Contribuição da Contabilidade
no Combate à Corrupção**

Centro de Cultura e Eventos da UFSC
Florianópolis/SC

LIRIO, João Raimundo. **Distribuição dos Recursos da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos do Município de Salto do Jacuí - RS. 2012.** 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Jacuizinho, 2012.

MULLER, Arnaldo Carlos. **HIDRELÉTRICAS, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO.** São Paulo: Makron Books, 1995. 411 p.

PARÁ. Governo do Estado do Pará. Secretaria do Estado da Fazenda. **Balço Geral do Estado - 2016:** Volume III. Disponível em:
<<http://www.sefa.pa.gov.br/arquivos/contabilidade/balanco-geral/balanco-2016/BGE-2016-VOLUME-III.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

Portal da Transparência - Governo Federal. **RECEITAS DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃOS E SUBALÍNEAS EM 2016.** Disponível em:
<<http://portaltransparencia.gov.br/receitas/consulta.asp?Ordem=3&idHierarquiaOrganizacao=153943&idHierarquiaDetalhe=12558&idDirecao=0&idHierarquiaOrganizacao0=1&idHierarquiaOrganizacao1=153943&idHierarquiaDetalhe0=0&idHierarquiaDetalhe1=12281&idHierarquiaDetalhe2=12305&idHierarquiaDetalhe3=12385&Exercicio=2016&TipoHierarquia=1>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

SANTA CATARINA. GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Receita orçamentaria por tipo de Entidade.** Disponível em:
<<http://www.transparencia.sc.gov.br/receita/subareainteresse/21>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

Secretaria do Estado de Planejamento. **Governo do Estado entrega Balço Geral de 2016 ao Tribunal de Contas do Estado.** Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/noticias/1721-governo-do-estado-entrega-balanco-geral-de-2016-ao-tribunal-de-contas-do-estado>>. Acesso em: 27 maio 2017.

TUNDISI, José Galizia; MATSUMURA-TUNDISI, Takako. **Recursos Hídricos no século XXI.** (São Paulo): Oficina de Textos, 2011. 328 p.

Realização:

